

A independência de Angola (1975)

Em 11 de novembro de 1975, os três movimentos de libertação de Angola declaravam a independência: o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), em Luanda; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em Ambriz; a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em Huambo. Contudo, apenas a declaração do MPLA foi reconhecida pela comunidade internacional.

No dia anterior, *O Setubalense* trazia nas suas páginas uma reportagem sobre a manifestação de apoio ao MPLA e à FRETILIN «contra as manobras do imperialismo em Portugal, Angola e Timor» e «pelo avanço do processo revolucionário», que tinha sido convocada pela Frente de Unidade Revolucionária (FUR). Na mesma reportagem eram transcritos comunicados da FUR, da Liga Comunista Internacional (LCI) e do Partido Comunista Português (PCP) de apoio ao MPLA, e a condenação dos outros movimentos de libertação, acusados de estarem ao «serviço do imperialismo» (*O SETUBALENSE*, 1975, 10 de novembro: 3). O jornal noticiava que nos arredores de Luanda se travavam combates entre os três movimentos de libertação, mas manifestava o seu apoio ao MPLA, terminando a reportagem com o envio de saudações internacionalistas ao povo angolano e a frase «Todo o poder ao MPLA» (*Ibidem*).

A independência de Angola constituiu, desde o início, um processo político complicado, pois era a colónia mais rica, a que concentrava o maior número de colonos brancos e onde a situação militar parecia mais favorável às tropas portuguesas. Além disso, os movimentos independentistas encontravam-se divididos e dependentes de apoios externos antagónicos: a FNLA, dependente dos EUA e da República do Zaire; o MPLA, na órbita da URSS e apoiado pela Zâmbia; a UNITA, ligada à China e, formalmente, aliada do governo português de Marcello Caetano. Pelo que a intervenção das grandes potências no processo de independência angolano era inevitável.

A questão da descolonização foi um dos principais pontos de divergência no seio do Movimento das Forças Armadas. Ainda que «Descolonizar» fosse um dos eixos do programa da Revolução, juntamente com «Democratizar» e «Desenvolver», existiam diferentes interpretações do papel histórico de Portugal como agente colonizador e o reconhecimento do direito das colónias à independência tornou-se uma questão sensível no seio do MFA. Na sua proclamação ao país, lida na madrugada do dia 26 de abril, António Spínola mostrava-se omissa em relação à questão colonial e proclamava que a Junta de Salvação Nacional garantia «a sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental» (*PROCLAMAÇÃO AO PAÍS*, 1974, 26 de abril: s. p.). Foi, também, por pressão de Spínola, que foi retirada do Programa do MFA a referência ao reconhecimento dos povos à autodeterminação, sendo substituída pelo reconhecimento que a solução para a guerra do ultramar era política e pela vaga e limitada definição dos princípios orientadores da política ultramarina do Governo Provisório (*PROGRAMA DO MFA*, 1974, s. p.). Contudo, os movimentos de libertação exigiam o reconhecimento imediato do direito à independência e punham essa condição para negociarem o cessar-fogo. E, em Portugal, sucediam-se as manifestações populares a exigir a «independência imediata das colónias» e a recusa do embarque dos soldados. Pressionado pelos movimentos de libertação nacional, pelas agendas internacionais e pela opinião pública nacional, Portugal reconhecia, através da Lei n.º 7/74, publicada em 27 de julho de 1974, o direito das colónias à independência. Iniciava-se, então, o período de negociações com os movimentos de libertação dos termos para a transferência do poder.

Para Angola, as negociações realizaram-se na localidade algarvia de Alvor, no Algarve, tendo o Acordo de Alvor sido assinado em janeiro de 1975 entre o governo português, o MPLA, a FNLA e a UNITA, ficando a data da proclamação da independência agendada para o dia 11 de novembro desse ano. Pretendia-se que o ambiente para as negociações fosse pacífico e cordial, porém, a realidade mostrou que muitas das tensões existentes entre os movimentos de libertação rebentaram em conflitos concretos nas ruas e entre diferentes grupos políticos e populações.

Em Angola, o processo foi bastante mais complicado, devido à existência de três movimentos de libertação que se recusam a depor as armas e que

querem o Governo do país. Além disso, em plena Guerra Fria, a União Soviética e os Estados Unidos da América procuraram impor a sua área de influência e controlo sobre o território. De facto, imediatamente após ter sido assinado o Acordo do Alvor, os três movimentos de libertação angolanos iniciaram um conflito armado que continuou, com alguns intervalos, até 2002. [ASM]



Notícia de apoio ao MPLA e à FRETILIM, *O Setubalense*, 10/11/1975